

# PRL: VALE DEPREZA DIÁLOGO E SÓ ENTENDE LINGUAGEM DO CONFRONTO

Eleito para o Conselho em 2013, João Batista reuniu-se com Murilo para discutir as demandas dos ferroviários: pouca coisa andou



Dirigentes de todos os 13 sindicatos que atuam na Vale deram pessoalmente ao presidente Murilo Ferreira voto de confiança para implementar sua alegada política de valorização do empregado: fomos enganados.



**D**efinitivamente a Vale só entende a linguagem do confronto. Há cinco anos, no entanto, o movimento sindical que atua na empresa imaginou que poderia marcar um novo paradigma na relação capital x trabalho. Demonstrou isso solicitando reunião com a mais alta autoridade da mineradora para uma conversa de alto nível, franca e aberta. Em seguida, o próprio presidente do Sindfer, então representante dos trabalhadores no Conselho de Administração, deu, também, uma demonstração da disposição dos empregados em buscar saídas através do diálogo. Mas não levou muito tempo para a velha lógica capitalista falar mais alto e mostrar sua verdadeira face avessa à convivência civilizada com os trabalhadores e seus representantes sindicais.

Com a queda do preço internacional do minério de ferro, a política da boa vizinhança que se ensaiava com o movimento sindical

cede espaço ao tradicional e selvagem receiptuário para garantir a rentabilidade da empresa. Arrocho salarial, eliminação de benefícios e demissão são colocados em prática. Os ataques contra a PLR eram apenas questão de tempo. Hoje, a PLR encontra-se ameaçada por uma empresa cuja força-de-trabalho dos empregados foi responsável pela quebra de todos os recordes de produção, performance que aponta para se repetir neste ano.

Há 16 anos a PLR é uma realidade na vida do trabalhador da Vale. O benefício já foi definitivamente incorporado ao salário do ferroviário, faz parte de seu orçamento doméstico, da conta do aluguel, da matrícula e do material escolar, dos medicamentos, do lazer. "O empregado conta esse reforço de caixa, e isso não pode ser ignorado, até porque ele fez por merecer por conta da alta produtividade que gerou para a

empresa", protesta João Batista, segundo o qual, não se está, agora, falando de lucro. "Estamos nos referindo à produção de pelotas, de minério de ferro, de níquel, de ouro, todas recordes, que alavancaram a Vale em meio a crise. Mas não temos culpa se a empresa não soube gerenciar corretamente essa produção de forma a gerar lucro. O trabalhador fez a sua parte", disse.

Para João Batista, a gestão Murilo Ferreira está promovendo um desmonte nas conquistas e benefícios econômicos e sociais alcançados pelo movimento sindical que atua na empresa.

"Essa empresa deixou claro que abriu mão de todas as possibilidades de diálogo e só entende a linguagem do confronto. Se o que está em jogo é aniquilar o sindicalismo existente na mineradora ou calar a voz dos que defendem os trabalhadores dos seus descasos e desmandos, isso ela jamais conseguirá", finalizou.

# CARTA DA PLR É LIDA HOJE NO CONSELHO



## DESMOBILIDADE URBANA PODE PARAR NA JUSTIÇA



O representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Vale e presidente do sindicato Stefem, do Maranhão, Lúcio Azevedo, lerá hoje aos demais conselheiros da empresa, na primeira reunião do ano daquele órgão, carta em que reivindica que o pagamento da PLR referente a 2015 tenha por base, no mínimo, ao que foi previsto no aditivo ao ACT de 2012 (adiantamento de 1,7 salário independentemente de um acordo existente já assinado). A carta foi assinada pelos coordenadores dos grupos Unidade Sindical, João Batista, presidente do Sindfer ES/MG; e Renovação, Sebastião de Oliveira, presidente do Metabase BH.

O aditivo de 2012 reconheceu, mas desconsiderou para efeito de pontuação da PLR, a existência de fatores externos que prejudicaram o resultado "meta da empresa", e reconheceu, mas considerou para efeito de pontuação da PLR, a alta performance e desempenho dos empregados, das equipes e das diretorias onde estão lotados.

Poderá chegar à Justiça a barafunda criada pelo setor de Infraestrutura Logística no transporte dos empregados. A direção do Sindfer já estuda com o setor jurídico da entidade eventuais medidas judiciais cabíveis no sentido de resguardar os direitos dos trabalhadores afetados com a extinção de cinco das 99 linhas de ônibus que atendem aos turnos administrativo e operacional. Isso porque o Sindicato buscou o diálogo para solucionar o problema. Mas a Vale desprezou a saída negociada e preferiu apostar no impasse.

O mais inacreditável dessa estória é que a própria empresa instituiu um estacionamento pago justamente para estimular a utilização da frota de ônibus - totalmente renovada e refrigerada com ar condicionado graças ao Sindfer, que fique claro - e, agora, cria obstáculos para a utilização dos veículos coletivos.

O caos se instaurou entre os usuários do transporte, seja deixando vulneráveis vários empregados à espera dos ônibus em horários inadequados, geralmente às madrugadas, seja prejudicando o interstício entre jornadas, ao aumentar o itinerário de diversas linhas.

‘O problema é que nem os gestores, diretoria ou presidente da Vale nunca andaram de ônibus, sequer nos que atendem à empresa, e agora brincam de engenheiros de trânsito, com tantos problemas mais graves afetando a mineradora...’, protestou João Batista.

# PLR ZERO E DEMISSÕES NA MIRA DA **CRISE DO PÓ PRETO**

A decisão da Justiça Federal de interditar as atividades econômicas no Porto de Tubarão por conta dos flagrantes de poluição no ar da Grande Vitória e no mar de Camburi registrados no local caiu como uma bomba no meio sindical e entre os trabalhadores. Os impactos de uma decisão como essa no pagamento da PLR e na manutenção dos empregos de cerca de 2,1 mil ferroviários deixaram a direção do Sindfer em estado de alerta máximo.

"A direção do Sindfer não discute decisões judiciais, mas tem o direito e o dever de se posicionar em defesa dos trabalhadores, e o fato é que, um colapso na exportação de minério e importação de carvão afetaria não só os empregos diretos dos trabalhadores da Vale naquele setor, mas toda uma cadeia produtiva que começa lá nas minas de minério de ferro em Minas Gerais e passa pela ferrovia e pelotização", denunciou o presidente do Sindfer, João

Batista.

Ainda que a decisão da Justiça Federal tenha sido cassada na última segunda-feira em caráter liminar pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a ameaça de uma nova interdição continua. "Os trabalhadores da Vale não podem pagar o preço de uma política ambiental errática, até porque também somos vítimas do pó preto", protestou João, segundo o qual, o Sindfer defende que a introdução de técnicas para estancar ou reduzir ao mínimo as emissões de partículas de pó na atmosfera e os resíduos despejados no mar e ar da Grande Vitória pode perfeitamente ser feita com as unidades da empresa em pleno funcionamento, "sem colocar em risco os empregos dos companheiros e redução ou paralisação da produção". Por isso João alerta para que o prejuízo causado pelos dias parados não seja utilizado pela Vale para justificar uma injustificável PLR zero.